

Pente-fino pode impactar 600 mil

Este é o total de benefícios que podem ser atingidos este ano por revisão do INSS, de acordo com especialistas

CAIO PRATES

DO PORTAL PREVIDÊNCIA TOTAL

O ano de 2025 será marcado por mais uma etapa do processo de revisão dos benefícios por incapacidade pagos pelo INSS. Popularmente conhecido como pente-fino, o programa tenta coibir fraudes e garantir que os pagamentos sejam realizados só a quem tem direito. No entanto, especialistas alertam para os efeitos colaterais da medida, que podem atingir os mais vulneráveis.

De acordo com o advogado especialista em Direito Previdenciário João Badari, mais de 600 mil benefícios podem ser suspensos neste ano, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez. O foco está em segurados com cadastros desatualizados ou que não passaram por perícia médica nos últimos anos.

"O problema é que, em vez de presunção de legitimidade, o Estado trata os beneficiários como suspeitos por padrão. Isso inverte a lógica jurídica do direito previdenciário", afirma Badari.

COMUNICAÇÃO FALHA

As convocações ocorrem via SMS, Correios, extratos bancários e o portal Meu INSS, mas grande parte dos segurados enfrenta barreiras digitais e dificuldades de compreensão. Para especialistas, a comunicação ineficiente tem resultado em suspensões indevidas por falta de resposta ou descumprimento de prazos.

Segundo o advogado Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados, receber o comunicado não deve ser mo-

FOCO

O pente-fino do INSS prioriza a convocação de segurados com cadastros desatualizados ou que não passaram por perícia médica nos últimos anos.

tivo de desespero. "O primeiro passo é reunir os documentos que estão sendo solicitados pelo INSS. Muitas vezes, o órgão apenas pede documentos para atualização cadastral. Cumprindo a exigência, o segurado não terá problemas com o benefício".

No entanto, Stuchi ressalta que eventuais irregularidades podem levar à suspensão e à necessidade de apresentação de defesa. "Muitos têm o benefício suspenso não por fraude, mas por não entenderem ou sequer receberem a convocação. Isso configura penalização por desinformação", explica Badari.

IMPACTO PSICOLÓGICO

Além das falhas de comunicação, há também o impacto psicológico do processo. Ser convocado para nova perícia, mesmo após laudos definitivos, gera sensação de desconfiança. "A cada nova perícia, essas pessoas são forçadas a reviver traumas e justificar o óbvio", aponta João Badari.

Para o advogado Mateus Freitas, a revisão, se feita sem acolhimento e orientação, pode aumentar o estresse e a ansiedade dos beneficiários. "É importante garantir apoio durante o processo, principalmente a quem tem baixo acesso a informação. Um sistema justo deve respeitar o contraditório e a ampla defesa", destaca.



Perícias do INSS ocorrem nas agências da Previdência Social e podem resultar em suspensão do benefício

Alguns casos não são reavaliados

■ O advogado Ruslan Stuchi relata que há casos em que o segurado não necessita passar pela reavaliação. A dispensa é um direito de aposentados por invalidez e pensionistas inválidos com mais de 60 anos, aposentados por invalidez e pensionistas inválidos que recebem o benefício por ao menos 15 anos e que têm mais de 55 anos de idade, pessoas com HIV e segurados que tenham recebido a concessão do benefício há mais de dez anos, exceto quando há desconfiança de fraude ou má-fé por parte do beneficiário.

Apesar disso, há relatos de convocação indevida de beneficiários isentos, o

que tem levado a recursos administrativos e ações judiciais. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), por exemplo, já decidiu que o corte sem notificação adequada é ilegal, reforçando a necessidade de respeito ao devido processo legal.

RISCOS

Para o advogado Mateus Freitas, os riscos do pente-fino vão além da perda individual de benefícios. A suspensão indevida pode aumentar a procura por serviços públicos de saúde, elevar os índices de pobreza e desigualdade social e gerar impactos graves na saúde mental dos afetados.

"O processo pode deixar pessoas vulneráveis sem assistência para sobreviver. O impacto psicológico e o medo da perda do benefício são significativos e precisam ser considerados".

Embora o combate a fraudes seja necessário, os especialistas criticam o uso do pente-fino como estratégia de ajuste fiscal. "É preciso cuidado para que a revisão não se transforme em rolo compressor, atropelando a dignidade de quem mais precisa da proteção do Estado", conclui o advogado João Badari.

MAIS INFORMAÇÕES PELO SITE
WWW.PREVIDENCIA7OTAL.COM.BR

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Pagina: 14